

Oposição e entidades reagem à lei que extingue cotas em SC

PT e PSol se mobilizam contra restrição no ensino estadual

A oposição tem reagido após a promulgação da lei que proíbe a adoção de cotas raciais nas universidades estaduais e instituições de ensino superior que recebem recursos catarinenses. Segundo a Agência da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), a deputada Luciane Carminatti (PT) lidera a principal ofensiva contra o ato sancionado pelo governador Jorginho Mello (PL) na última quinta-feira (22).

Carminatti, que é presidente da Comissão de Educação e Cultura, assumiu a articulação das medidas contrárias à nova legislação. Desde a aprovação do projeto na casa, em dezembro, a parlamentar buscou apoio de organizações ligadas à área educacional e acionou o Ministério Públco estadual (MPSC) para avaliar possíveis irregularidades no texto aprovado.

Após a entrada em vigor da norma, em janeiro, Carminatti apontou efeitos imediatos sobre estudantes matriculados por meio de programas federais de financiamento e bolsas, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni).

A avaliação inicial indicou que mudanças poderiam atingir alunos de diferentes perfis, o que, segundo a Agência Alesc, levou o governo estadual a editar um decreto de regulamentação em tempo recorde, excluindo universidades privadas e comunitárias das novas restrições.



Oposição ao governo estadual alega que lei prejudicará diferentes grupos

Assim, os impactos se concentraram na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), única instituição pública mantida pelo governo estadual.

A discussão avançou para o Judiciário. Ainda na quinta, uma ação popular solicitando a suspensão da lei foi protocolada na Vara da Fazenda Pública de Florianópolis pela deputada federal Ana Paula Lima (PT-SC) e pelo presidente do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), Décio Lima.

O pedido sustenta que estados não têm competência para proibir mecanismos previstos em

legislação federal já considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O processo pede a interrupção imediata dos efeitos da norma e, no julgamento do mérito, a declaração de nulidade.

Os autores também alegam risco de prejuízo financeiro ao próprio governo catarinense, com possibilidade de multas e perda de acesso a recursos federais destinados a programas de inclusão e assistência estudantil.

Já na sexta-feira (23), o Partido Socialismo e Liberdade (PSol) apresentou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF. A medida foi protocolada

pelos mandatos do deputado estadual Marcos José de Abreu, conhecido como Marquito, e dos vereadores de Florianópolis Afrânio Boppré, Ingrid Sateré-Mawé e Leonel Camasão.

A ação questiona a retirada de critérios raciais, de gênero, quilombolas e indígenas nas universidades alcançadas pela lei.

Nos últimos dias, a deputada Carminatti tem promovido reuniões entre parlamentares, representantes do movimento negro e entidades educacionais para definir estratégias. As discussões envolvem a ampliação da pressão institucional e o acompanhamento das ações em andamento.

Calor intenso e fortes chuvas marcam retorno do verão em todo o Paraná

As condições típicas da estação mais quente voltam a predominar no Paraná ao longo desta semana, com elevação gradual das temperaturas e ocorrência de chuvas associadas ao aumento da umidade na atmosfera.

Segundo a Agência Estadual de Notícias (AEN), a combinação favorece pancadas isoladas, principalmente no fim da tarde, com possibilidade de episódios mais intensos em algumas áreas.

Hoje (27), o cenário permanece semelhante ao observado nos dias anteriores, com avanço do aquecimento em todas as regiões. No Leste, os termômetros se aproximam de 30°C, marca que não vinha sendo registrada com frequência neste mês.

Em municípios do Oeste e do Norte, as máximas podem



Instabilidades aumentam e elevam risco de temporais

superar 35°C, enquanto o litoral mantém valores próximos dessa faixa, sem grandes variações.

Durante o período da tarde, a instabilidade se espalha de forma mais abrangente, alcançando inclusive a Região Metropolita-

na de Curitiba. As precipitações ocorrem de maneira irregular, acompanhadas de descargas elétricas em pontos isolados.

Na quarta-feira (28), a manhã apresenta maior presença de nuvens, mas o calor volta a estimular

áreas de chuva a partir do período vespertino. Há previsão de temporais localizados, com rajadas de vento e queda pontual de granizo. O risco é maior nas regiões Centro, Norte e Oeste, devido ao reforço dos ventos em níveis mais elevados da atmosfera.

Entre quinta (29) e sexta-feira (30), o avanço de um sistema de baixa pressão intensifica as instabilidades sobre o território paranaense. Apesar da sensação de abafamento, a maior frequência de chuva limita a elevação das temperaturas, que devem atingir, no máximo, cerca de 30°C.

O risco de tempestades se estende a todas as regiões, incluindo o Sul, o Leste e o litoral. A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil mantém acompanhamento contínuo das condições.

RS: Passo Fundo abriu 32 empresas por dia

Passo Fundo (RS) encerrou 2025 com o registro de cerca de 8 mil novas empresas e, considerados 252 dias úteis de 2025, a média ficou em aproximadamente 32 novas empresas por dia útil. Segundo a prefeitura, o resultado colocou o município entre os que mais formalizaram negócios no Rio Grande do Sul.

O desempenho representa um crescimento de 28,4% na comparação com o ano anterior e reforça a posição da cidade como polo regional de atividades econômicas.

As informações foram consolidadas pelo Observatório Econômico, com base em dados da Receita Federal do Brasil. Ao longo do ano, a quantidade de registros manteve ritmo elevado. No recorte mensal, o volume corresponde a cerca de 667 aberturas, indicador que revela constância na movimentação do ambiente produtivo local.

A distribuição por setores mostra predomínio da área de serviços, responsável por 5,5 mil registros, o equivalente a 69,19% do total. O comércio aparece em seguida, com 1,1 mil novos negócios, representando 14,56%.

A construção contabilizou 755 empresas, ou 9,43%, enquanto a indústria respondeu por 521 registros, o que corresponde a 6,51%. A agropecuária somou 25 novas empresas no período.

Além do aumento no número de registros, o município apresentou avanço na atração de empreendimentos de maior porte, com estruturas mais amplas e maior capacidade de investimento.

Segundo a prefeitura, esse movimento contribui para a ampliação de vínculos formais de trabalho, fortalece cadeias produtivas estratégicas e indica preparo da cidade para receber negócios de maior complexidade.

O resultado posicionou Passo Fundo à frente de municípios de porte semelhante e relevância regional no estado, como Santa Maria, São Leopoldo, Viamão e Bento Gonçalves. Mesmo em comparação com cidades mais populosas, o volume de novos registros manteve destaque.

Para a prefeitura, o número absoluto de empresas abertas superou o de importantes cidades do mesmo porte, evidenciando um contexto favorável para investimentos, com processos mais simples.